

História e Antropologia: diálogos

History and Anthropology: dialogues

Lana Lage da Gama Lima

Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Norte Fluminense Dracy Ribeiro, Niterói, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Tendo em vista a importância da Nova História na historiografia contemporânea, inclusive no Brasil, o artigo tem como objetivo analisar as transformações da produção historiográfica verificadas a partir da *École des Annales*, focalizando particularmente a busca do diálogo com as Ciências Sociais, particularmente com a Antropologia, e seus desdobramentos. A *École des Annales* consistiu em um movimento historiográfico nascido em Estrasburgo, na França, em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Seu objetivo era contrapor à uma historiografia tradicional, centrada nos acontecimentos políticos e na ação de grandes personagens, uma História total, que apreendesse as sociedades em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e mentais. Uma de suas principais marcas foi o diálogo estabelecido com as Ciências Sociais, de que resultou ampliação do campo de interesse dos historiadores, pela inclusão de novos objetos, novas abordagens e novos problemas, conforme apontam os títulos da coleção dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Esse diálogo resultou também na configuração de novos campos historiográficos: a História Econômica, a História Demográfica, a História Serial, a História Quantitativa, a História Social e a História das Mentalidades, que recebeu outras denominações, de acordo com seus enfoques teóricos e metodológicos, como História Cultural, História Antropológica e Nova História, mas cuja principal característica é a predominância do diálogo com a Etnologia e a Antropologia. O artigo tem como objetivo analisar as contribuições dessas duas disciplinas para a História, através das reflexões de historiadores vinculados a esse campo historiográfico, destacando a preocupação com o universo simbólico para a compreensão da vida social.

Palavras-chave: *École des Annales*, História das Mentalidades, Nova história e antropologia.

Recebido em 8 de julho de 2026.

Aceito em 28 de agosto de 2026.



ABSTRACT

Given the importance of the New History in contemporary historiography—including in Brazil—this article aims to analyze the transformations in historiographical production that emerged with the *École des Annales*, focusing particularly on the pursuit of dialogue with the social sciences, especially anthropology, and the resulting developments. The *École des Annales* was a historiographical movement that originated in Strasbourg, France, centered around the journal *Annales d'histoire économique et sociale*, founded in 1929 by Lucien Febvre and Marc Bloch. Its goal was to counter traditional historiography—which focused on political events and the actions of prominent figures—by grasping societies in their economic, social, cultural, and mental dimensions. One of its defining characteristics was the dialogue established with the social sciences, which broadened the scope of historians' interests through the inclusion of new subjects, approaches, and issues—as evidenced by the titles in the collection directed by Jacques Le Goff and Pierre Nora. This dialogue also led to the emergence of new historiographical fields: economic history, demographic history, serial history, quantitative history, social history, and the history of mentalities. The latter—also known by other names depending on theoretical and methodological focus, such as cultural history, anthropological history, and the New History—is primarily characterized by its engagement with ethnology and anthropology. The article aims to analyze the contributions of these two disciplines to history through the reflections of historians associated with the historiographical field, highlighting the focus on the symbolic universe for understanding social life.

Keywords: Annales School, History of Mentalities, New history and anthropology.

Em 1989, eu voltava ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) depois da licença concedida através do Plano Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) para fazer o doutorado na Universidade de São Paulo (USP), ainda sem a tese defendida, o que só aconteceria em início de 1990. Assumira uma turma de graduação em História em que um aluno, Pedro Marcelo Pasche de Campos, cursava também a disciplina do professor do Departamento de Antropologia, Roberto Kant de Lima. Meu curso tinha como tema a atuação do Santo Ofício da Inquisição em Portugal e no Brasil, enquanto Kant discutia a “tradição inquisitorial” no Direito brasileiro. Foi esse aluno, mais tarde meu orientando de mestrado e doutorado, que fez a relação entre as duas disciplinas e me trouxe um texto do Kant, inclusive com uma dedicatória. Graças à perspicácia e à iniciativa de Pedro Marcelo, o meu diálogo com a Antropologia deixou de ser apenas através dos textos, para se tornar um diálogo com um antropólogo em “carne e osso”, que estudava, no presente, práticas jurídicas que eu pesquisava no passado. Do encontro com Kant resultaram mais de trinta e cinco anos de diálogo intelectual continuado sobre a tradição inquisitorial na justiça brasileira e uma grande amizade. Resultou

também na minha participação na criação de projetos do Departamento de Antropologia que se perpetuaram até hoje, como o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), fundado em 1994, e o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), aprovado em 2009.

O diálogo que estabeleci com os antropólogos da UFF me permitiu exercitar ao vivo uma das principais lições de Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da *École des Annales*: a multidisciplinaridade. Esse diálogo permaneceu mesmo depois da minha aposentadoria na UFF, em 1995, e meu ingresso como professora titular na Universidade Estadual Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em 1998. Aliás, esse diálogo foi fundamental nessa nova fase, na medida em que a universidade não tinha curso de História. Participei, então, do processo de aprovação do curso de Ciências Sociais na graduação e da criação de dois programas de pós-graduação, o de Políticas Sociais e o de Sociologia Política. Nesses programas, orientei dissertações de mestrado e teses de doutorado, nas quais se identificava uma “pegada antropológica”, apesar de a orientadora ser historiadora.

Em 1999, passei a integrar o corpo docente do Curso de Especialização em Justiça Criminal e Segurança Pública, criado por Kant na UFF, em parceria com o Coronel Jorge da Silva, permanecendo até sua última edição em 2016, ministrando uma disciplina sobre as práticas processuais do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em diálogo direto com a disciplina ministrada por Kant sobre a tradição inquisitorial na polícia e na justiça brasileiras.

O diálogo com os antropólogos da UFF durante tantos anos me permitiu vivenciar as contribuições da Antropologia para as mudanças no fazer historiográfico, advindas dos *Annales*. Como afirmou Peter Burke, no livro *The French Historical Revolution: The Annales School 1929-1989*, publicado em 1990, os *Annales* produziram uma verdadeira “revolução francesa” na historiografia ocidental. E isso incluiu a historiografia brasileira. Já no primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em janeiro de 1929, em Estrasburgo, seus criadores lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais apontando a necessidade de um intercâmbio intelectual entre eles (Burke, 1991, p. 33). E ambos estabeleceram de fato esse intercâmbio. Marc Bloch estudou a crença no poder curativo dos reis em França e Inglaterra inspirando-se na Sociologia de Durkheim e na Antropologia de James Frazer e Lucien Lévy-Bruhl, o que levou seu livro *Le Rois Thaumaturges*, publicado em 1924, a ser considerado, além de precursor da História das Mentalidades, um estudo de Antropologia Política. E se o livro *Un destin: Martin Luther*, publicado por Febvre em 1928, é tido por alguns como um exemplo de Psicologia Histórica, a influência do conceito de “pensamento pré-lógico” ou “mentalidade primitiva” de Lévy-Bruhl

é reconhecida pelo próprio Febvre na formulação de seu conceito de mentalidade ou *outillage mental*, desenvolvido na obra *Le problème de l'incroyance aux XVI^e siècle: la religion de Rabelais*, publicado mais tarde, em 1942.

Além dos trabalhos de Febvre e Bloch, os estudos sobre a mentalidade nesse primeiro momento dos *Annales* produziram outra obra magistral: *La Grande Peur de 1789*, de Georges Lefebvre, publicado em 1932, que focaliza as reações das populações de certas províncias francesas cerca de uma semana após a queda da Bastilha, com a multiplicação de boatos de que “bandidos” estariam vindo atacá-las, causando um pânico coletivo, que desencadeou uma onda de depredações de propriedades aristocráticas, vinganças coletivas e agressões pessoais.

Entre os anos 30 e 40, os *Annales* agregaram um grupo de historiadores que produziram uma historiografia com certas características comuns, o que acabou justificando o termo “*école*”, embora existam aqueles que o criticam. Esse movimento sofreu o impacto da Segunda Guerra Mundial. O antissemitismo do regime de Vichy exigiu a saída de Bloch da direção da revista, que continuou a ser editada por Febvre. Bloch, engajado na Resistência Francesa, seria fuzilado pelos nazistas em 1944. Em 1947, Febvre criaria a VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, o que representou a chegada dessa linha historiográfica ao poder. E, como afirma Peter Burke, “o herdeiro desse poder seria Fernand Braudel” (Burke, 1991, p.43), que se tornaria um dos responsáveis pela edição dos *Annales* a partir de 1949 e assumiria o cargo de diretor da VI Seção em 1956. Durante a liderança de Braudel, a preocupação com as relações entre a História e as Ciências Sociais permanece, como atesta seu artigo *Histoire et Sciences Sociales: “la longue durée”*, publicado na revista em 1958, mas o interesse pela História das Mentalidades declina. Sua obra magistral, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Felipe II*, cujos três alentados volumes, escritos em sua maior parte entre 1940 e 1944 em um campo de prisioneiros na Alemanha, estudam o Mediterrâneo a partir de três temporalidades diferentes — a curta, a média e a longa duração — em uma perspectiva próxima à de um geo-historiador, preocupado sobretudo com a cultura material. Nessa época, desenvolvem-se outros campos historiográficos, como a História Quantitativa, a Econômica, a Demográfica, em que se destacaram os nomes de Ernest Labrousse, Pierre Chaunu, Pierre Goubert e Pierre Vilar, entre outros.

O interesse pela História das Mentalidades e pela Antropologia foi retomado em fins dos anos 60 e nos anos 70 por historiadores que Peter Burke denominou a Terceira Geração dos *Annales*. Burke (1991) destaca o livro de Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, publicado em 1960, como um marco dessa virada de interesse. A historiografia produzida a partir daí estabeleceria um forte vínculo com a Antropologia, recebendo diversas

denominações de acordo com nuances diferentes de suas configurações teóricas e metodológicas: História das Mentalidades, Nova História, História Cultural, História Antropológica, Micro-História.

A rigorosa utilização do conceito de mentalidade como *ouillage mental*, tal como fez Febvre, passava pela exigência de acurada análise etimológica e linguística e não teve seguidores. O conceito, então, tornou-se impreciso. Basta ler o artigo de Jacques Le Goff, publicado em *Faire l'histoire: nouveaux objets*, em 1974, para reconhecer essa imprecisão. O título do artigo — *Les mentalités. Une histoire ambiguë* — por si só indica as dificuldades na delimitação desse novo campo. Le Goff (1974) ressalta que tomar as mentalidades como objeto da História impele o historiador a ir ao encontro das outras Ciências Humanas, citando explicitamente a Etnologia e a Psicologia Social. A História das Mentalidades estaria, então, estreitamente ligada à História da Cultura, mas, Le Goff adverte, não pode ser feita desvinculada da História das Lutas e Tensões Sociais, das quais constitui um elemento capital (Le Goff, 1976, p. 78).

Em 1978, quatro anos depois da publicação desse artigo, Le Goff organizaria um livro intitulado *La nouvelle histoire*, reunindo textos que procuram demarcar alguns campos historiográficos nascidos das transformações pelas quais a História passou sob influência da *École des Annales*. O próprio Le Goff (1978) se encarrega de caracterizar o movimento de renovação da historiografia denominado Nova História. Logo de início, ele nos lembra que esse termo já tinha sido usado por Henri Berr em 1930. E não devemos esquecer que, em texto datado de 1947, intitulado *Sur une forme d'histoire qui n'est pas la nôtre*, publicado no livro *Combats pour l'histoire*, em 1953, Lucien Febvre cita Henri Berr que, já em 1911, criticava uma historiografia tradicional, tributária dos ensinamentos de Langlois e Seignobos, que Febvre denomina história historizante, à qual contrapõe uma História problema, que parte da teoria para escolher e fabricar seu objeto. E essa é uma das formulações epistemológicas capitais dos *Annales*: a crítica à compreensão positivista da ideia de fato histórico como algo dado, externo ao historiador, que se limitaria então a capturá-lo, a partir dos documentos. Bloch, em *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, publicado postumamente em 1949, enfatizava que os documentos só falam quando devidamente interrogados, e que esse interrogatório sempre parte de pressupostos, ainda que o historiador não tenha consciência deles.

Para Le Goff (1978), a Nova História é na verdade uma tentativa de apreender a totalidade de uma sociedade, como postulavam Febvre e Bloch, e essa afirmação vale tanto para a História Antropológica de Emmanuel Le Roy Ladurie (*Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, publicado em 1975), a História Sociológica de Paul Veyne (*Le pain et le cirque, sociologie historique d'un pluralisme politique*, 1976) ou a História Psicanalítica de Alain Besançon (*Le*

tsarévitch immolé, 1967). Outra característica da Nova História seria a perspectiva da longa duração, quando as mudanças mais profundas das sociedades podem ser apreendidas. Essa perspectiva aproximaria mais ainda a Nova História da Etnologia e da Antropologia.

Na citada coletânea de textos sobre a Nova História, organizada por Le Goff, ficou a cargo de Philippe Ariès apresentar a História das Mentalidades. Seu livro sobre o sentimento de infância foi publicado no Brasil em 1978, com grande repercussão entre os historiadores, como um exemplo da História das Mentalidades. É significativo que a segunda edição brasileira, publicada pela Zahar em 1981, integre a coleção Antropologia Social, dirigida pelo antropólogo Gilberto Velho, reunindo, entre outros, livros de Marshall Sahlins, Evans-Pritchard, Clifford Geertz, Erving Goffman, além do próprio Gilberto Velho, Roberto da Matta e Yvonne Maggie.

Logo no início do seu artigo, Ariès (1978) faz referência a autores cujas obras foram precursoras dos estudos sobre as mentalidades, como o historiador holandês Johan Huizinga, que publicou, em 1919, uma obra inovadora sobre o declínio da Idade Média — cujo original se intitula *Herfsttij der Middeleeuwen* —, analisando as transformações das sociedades medievais em um tempo histórico longo, numa abordagem próxima ao conceito de longa duração, que seria formulado muito mais tarde por Fernand Braudel. Outro autor citado como precursor por Ariès é o sociólogo alemão Norbert Elias, que estudou as transformações da cultura e das atitudes sociais europeias entre os séculos XIX e início do XX, entendidas como processo civilizatório, na obra em dois volumes intitulada *Über den Prozess der Zivilisation*, publicada originalmente na Suíça em 1939.

Ariès chama a atenção para o fato de que na época de Febvre e Bloch, o estudo das mentalidades constituía uma faceta de uma História total, econômica e social, que se contrapunha a uma História cujo principal objeto era ação individual dos membros das camadas superiores da sociedade, visando predominantemente a reconstituição dos acontecimentos políticos, e por isso denominada por eles, de forma crítica, como *événementielle*. Segundo Ariès, nos anos de 1960, a Terceira Geração dos Annales, que se seguiria à era Braudel, iria subverter totalmente a historiografia francesa, a ponto de constituir de fato uma Nova História, marcada pela expansão do território do historiador com a introdução de novos objetos, antes dificilmente concebidos pelos historiadores, muitos advindos da Antropologia.

E, de fato, a História das Mentalidades deu origem a trabalhos verdadeiramente revolucionários, do ponto de vista de seus temas e formas de abordagem, como *Magistrats et sorciers en France au XVIIe siècle*, de Robert Mandrou, publicado em 1968; *Piété baroque et déchristianisation*, de Michel Vovelle, de 1973; *Montaillou Village Occitan*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, de 1975; *Pour un autre Moyen Âge*, de Jacques Le Goff, de 1977; *La Peur*

en Occident, de Jean Delumeau, de 1978; *Les trois ordres et l'imaginaire du féodalisme*, de Georges Duby, também de 1978.

Em 1980, quando ingressei como docente na UFF, a História das Mentalidades ou Nova História se via bombardeada por críticas inspiradas, sobretudo, no marxismo. As críticas já dirigidas pelos marxistas às gerações anteriores dos *Annales* foram radicalizadas e multiplicadas: indigência teórica, fragmentação, temáticas exóticas, supérfluas, ou periféricas, reacionarismo e até irracionalismo. Autores como Alain Guerreau, Josep Fontana e, no Brasil, Ciro Cardoso e Maria Yedda Linhares foram veementes e inflexíveis. Outros, no entanto, como Guy Bois e Pierre Vilar, apesar de apontarem problemas, viram valores positivos na Nova História e procuraram seus campos de confluência com o marxismo. Alguns foram mais radicais no caminho da conciliação, como Michel Vovelle, que, autodenominando-se marxista, dedicou-se à História das Mentalidades num movimento que batizou “do porão ao sótão”, ao publicar a coletânea de textos intitulada *Idéologies et Mentalités* em 1985. E ainda houve os que, mesmo não se declarando marxistas, incorporaram questões advindas do marxismo ao estudo das mentalidades, como fez Carlo Ginzburg com as classes sociais e Georges Duby, com as relações entre mentalidade e ideologia. Não por acaso, o último curso que ministrei na UFF, em 1984, antes de conseguir a licença para fazer o doutorado na USP, tinha como foco os debates entre o marxismo e a Nova História, refletindo minhas próprias preocupações teóricas do momento, à procura da construção de uma História das Mentalidades que não fosse alienada da História Social.

Em 1987, François Dosse publicou *L'Histoire en miettes. Des Annales à la Nouvelle Histoire*, utilizando o termo “história em migalhas” para expressar uma das principais críticas dirigidas à Nova História: a sua fragmentação teórica e temática, que, segundo alguns, a desqualificavam como conhecimento científico. A principal questão que se destacava em meio às críticas era a forma desvinculada dos aspectos econômicos e sociais com que as mentalidades eram tratadas por muitos. Em meio a esses debates, o conceito de mentalidade foi sendo abandonado, embora sua temática tenha se fixado na historiografia, incluindo a produzida no Brasil. Outros conceitos, surgidos a partir das mais diversas influências, foram sendo forjados, como circularidade cultural, concebido por Ginzburg (1991), inspirado em Mikhail Bakhtin, para estudar as trocas entre a cultura popular e a erudita; representação e apropriação, utilizados por Roger Chartier (1990), em diálogo com a obra de Pierre Bourdieu, para apreender os movimentos da cultura, entendida como prática. Mas, em que pese outras influências, pode-se afirmar que a grande fronteira aberta pela Nova História foi com a Antropologia. Essa aproximação motivou vários historiadores a refletirem sobre as relações entre as duas disciplinas e sobre que proveito

a abordagem antropológica traria para o seu próprio trabalho.

Em artigo publicado em 1978, na citada coletânea *Nouvelle Histoire*, organizada por Jacques Le Goff, André Burguière explica o que seria uma Antropologia Histórica. Para ele, os *Annales* representaram o renascimento de uma História preocupada com os costumes e a vida cotidiana, que havia caído em desuso por sua ênfase na vida pública e nos acontecimentos políticos. O termo renascimento é usado para indicar que aquilo que identificamos hoje como uma abordagem antropológica característica da Nova História teve precursores muito antes do seu surgimento. E Burguière cita, como exemplo, Jules Michelet, o grande historiador francês do século XIX, além do próprio Heródoto, considerado pai da História, que, no século V a.C., descreveu detalhadamente os costumes de vários povos, sobretudo dos egípcios, ao narrar os conflitos entre gregos e “bárbaros” (Burguière, 1978, p. 12-13).

E se Heródoto está muito distante da historiografia contemporânea, Michelet merece de fato ser considerado um precursor das mudanças que caracterizariam a Nova História. A começar pelo objeto de um de seus livros mais conhecidos — *La sorcière* —, escrito em 1862. Afinal, a feitiçaria constituiu um dos temas incorporados pela História em que a influência da Antropologia tem sido mais marcante. No livro *La naissance de l'historiographie moderne*, publicado em 1971, Georges Lefebvre dedica um capítulo a Michelet, no qual aponta que ele concebe uma História total, que não deve ter como objeto apenas a política, mas também a religião, a ciência, a arte, a filosofia. Seu pensamento filosófico, como ele próprio reconheceu, foi influenciado fortemente por Giambattista Vico, mas também pelo romantismo alemão. A uma visão do processo histórico conduzida pela vontade inteligente da humanidade, ele contrapõe a concepção da história como resultado de uma força inconsciente, denominada *Volksgeist* ou espírito do povo. Assim, a história é compreendida como esforço coletivo e o papel dos grandes homens desaparece ou é atenuado, para dar lugar aos homens comuns, como é possível ver em outra de suas obras — *Le peuple* — publicada em 1846 (Lefebvre, 1971, p. 192-193). Na dedicatória, dirigida ao historiador e filósofo Edgar Quinet, Michelet explica que o livro é fruto dos dez anos que passou percorrendo cidades da França e entrevistando suas populações, procedimento que chamou de pesquisa “ao vivo”, e que lhe permitiu conhecer e narrar aspectos de suas vidas cotidianas que não encontrou nos livros (Michelet, 1988, p. 3-4).

Entre as obras contemporâneas, Burguière (1978) destaca *Les Rois Thaumaturges* como exemplo acabado de um trabalho de Antropologia Histórica, ressaltando o fato de Marc Bloch ter buscado, ao estudar a realeza de França e Inglaterra, revelar um sistema oculto de representação, focalizando a sequência cerimonial em que o soberano exercia o poder de cura, que resistiu até praticamente a época industrial, como algo além de vestígios rituais aos quais se

atribuía apenas valor anedótico e folclórico. Bloch (1988) reconheceu na lembrança obstinada dessa função original ou mítica durante cerimonial de sagração real a prova que ela continuava a ter um sentido na Época Moderna, fundamentando, de maneira simbólica e física, o caráter sagrado e, portanto, legítimo do poder real.

Na introdução do livro, uma frase de Bloch chama a atenção: “Considerarei que poderia fazer-se História com o que até então não era mais do que anedota” (Bloch, 1988, p. 26). Ora, essa afirmação poderia mais facilmente ser pronunciada por um antropólogo do que por um historiador escrevendo em 1924. E Bloch continua advertindo que estudar os ritos de cura isoladamente do conjunto de superstições e lendas que constituíam o “maravilhoso” monárquico, seria ver neles uma anomalia ridícula, sem vinculação com a consciência coletiva. Daí ter escolhido esse rito como um fio condutor para estudar o caráter sobrenatural atribuído ao poder real na França e na Inglaterra, que conceitua como realezas “místicas”, advertindo que a origem dessa concepção escapa à História, sendo tema para estudos de etnografia comparada. Mais do que explicar sua existência na Época Medieval e Moderna, por meio de um estudo comparado entre as duas realezas, o livro representa uma contribuição para a História política da Europa em seu sentido amplo, na medida em que esses ritos não constituíram uma simples sobrevivência de tempos passados, mas conservaram uma profunda vitalidade, adaptando-se a novas condições políticas e religiosas e revestindo-se de novas formas.

O objeto e a abordagem da obra de Bloch certamente a aproximam da Antropologia e, na extensa e erudita bibliografia do livro, identificamos um antropólogo: James Frazer, cujo livro *The Golden Bough*, publicado em 1890, certamente o inspirou. Mas trata-se, sem dúvida, do trabalho de um historiador, cujo objetivo fundamental é sempre a reconstituição da realidade que estuda, a partir de uma perspectiva diacrônica. Como afirmaram Fernando Novais e Rogério Forastieri da Silva na introdução à coletânea *Nova História em Perspectiva*: o historiador explica para reconstituir enquanto o cientista social reconstitui para explicar (Novais; Silva, 2011, p. 28). Assim, penso que seria mais acertado qualificar o livro de Bloch como um magnífico estudo de História Antropológica e não de Antropologia Histórica, como afirmou Burguière.

E afinal, qual seria, segundo Burguière, a grande contribuição da Antropologia para a História? Ele chama a atenção para o fato de que:

O antropólogo está familiarizado, desde há muito, com esse princípio de opacidade que caracteriza toda realidade social. Ele sabe que é sempre preciso contornar o que uma sociedade declara de si mesma para compreendê-la. Os historiadores, ao contrário, têm maior dificuldade para se afastarem da mitologia oficial, por terem muitas vezes contribuído para construí-la e transmiti-la (Burguière, 1980, p.132).

Em 1982, a historiadora canadense-estadunidense Natalie Zemon Davis publicou o artigo *Anthropology and History in the 1980s*, cuja tradução foi inserida na coletânea *Nova História em Perspectiva*, citada acima. Nele, a autora reflete sobre o interesse de alguns historiadores da década de 1980 pelo trabalho dos antropólogos, enumerando quatro características dos estudos antropológicos úteis para a História:

[...] observação acurada de processos vivos de interação social; meios interessantes para a interpretação do comportamento simbólico; sugestões sobre como as diferentes partes de um sistema social se ajustam umas às outras; e material sobre culturas bastante diferentes das que os historiadores estão acostumados a estudar (Davis, 2011, p. 330-331).

Para Zemon Davis (2011), essas características contribuem para que os historiadores compreendam o sentido de acontecimentos comumente definidos como irracionais ou supersticiosos, ou como o encobrimento arbitrário de conflitos sociais e políticos, na medida em que, ao contrário dos antropólogos, eles tendem a explicar os acontecimentos em termos de interesses racionais, sem procurar entender o seu sentido para as populações que os vivenciam. Assim, a bibliografia antropológica ajudaria os historiadores a compreender acontecimentos menosprezados e relegados a outras áreas de conhecimento. A autora dá como exemplo os estudos históricos sobre a bruxaria, beneficiados pela observação etnográfica da feitiçaria. Assim também, os estudos antropológicos sobre sistemas de gênero proporcionariam aos historiadores um conjunto de novas questões diante de documentos conhecidos, bem como os levariam a procurar novos tipos de fontes para seus estudos. Para Zemon Davis (2011), os estudos etnográficos ajudariam os historiadores a ter uma nova percepção de interações sociais informais ou de pequena escala, que podem exprimir conexões e conflitos importantes. Podemos pensar, como exemplo, o artigo do historiador norte-americano Robert Darnton sobre um massacre de gatos efetuado por aprendizes de uma tipografia na França, na primeira metade do século XVIII, publicado no livro *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*, em 1984, em que um episódio, à primeira vista sem importância, foi tomado como indício para a análise de questões profundas da sociedade europeia da época.

No livro *The kiss of Lamourette*, publicado em 1990, Darnton também discorre sobre as relações entre História e Antropologia, destacando, sobretudo, a questão da interpretação dos símbolos. Ele chama a atenção para o fato de que os etnógrafos entendem que os símbolos transmitem múltiplos sentidos, representando analogias compreensíveis em determinados contextos, enquanto os historiadores tendem a ordenar as coisas em sequência, raciocinando em termos de causa e efeito. Darnton enfatiza que as relações econômicas e políticas são

mediadas por símbolos, e que esses devem ser interpretados no contexto cultural próprio de cada sociedade. Para ele, essa noção se tornaria um tema dominante na Antropologia contemporânea e Darnton destaca como exemplo a obra de Victor Turner. E, de fato, as interpretações de Turner (2008) sobre acontecimentos históricos, como a atuação de Thomas Becket no Concílio de Northampton, no contexto do conflito político-religioso com o rei Henrique II, na segunda metade do século XII, são bastante úteis para os historiadores que pretendem trabalhar com símbolos. Utilizando o conceito de drama social, Turner identifica, no Concílio, tensões ligadas à estrutura europeia em mutação e uma forma de discurso advindo de muitos séculos de debate letrado, consistindo no clímax de uma longa batalha de princípios entre Becket e o rei. Ele chama a atenção para a existência de várias narrativas sobre o concílio, que indicam que Becket se tornou um símbolo porque representava uma estrutura semântica de junção entre polos opostos: leão e cordeiro, orgulhoso e humilde. E Turner aponta que, ao analisar o episódio, sua intenção foi:

[...] mostrar como os símbolos são entidades dinâmicas, e não signos cognitivos estáticos; como adquirem seus padrões através de eventos e são modelados pelas paixões das relações humanas, na amizade, na sexualidade e na política; e como os paradigmas – que ganham corpo encarnados em conjuntos e sequências de símbolos – funcionam para os homens como mediadores entre as ideias e a ação em campos sociais repletos de propósitos contrapostos e interesses conflitantes (Turner, 2008, p. 87).

Darnton (1990) ressalta como importantes para sua interpretação do massacre dos gatos, os trabalhos antropológicos sobre o valor ritual dos animais e a noção do caráter polissêmico dos símbolos dentro do quadro cultural que lhes dá sentido. Assim, utilizou o documento que narra o episódio, escrito anos depois por um de seus organizadores, não simplesmente para desvendar o que ocorreu, mas para compreender o significado que lhe foi atribuído pelas pessoas que dele participaram.

Outro historiador importante para a Nova História é o italiano Carlo Ginzburg, cujo livro *Il formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del '500*, publicado na Itália em 1976, alcançou enorme repercussão, inclusive entre os historiadores brasileiros. Tendo como documentação principal um processo inquisitorial, Ginzburg acompanha a vida e, sobretudo, as ideias de um moleiro da região italiana do Friuli. Esse processo ele encontrou quando pesquisava uma seita cujos membros foram identificados pelos inquisidores como bruxos, apesar de serem originalmente vistos de forma positiva pela população local, pesquisa da qual resultou o livro *I benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento*, publicado em 1966. Em 1989, Ginzburg publicaria *Storia noturna. Una decifrazione del sabba*, em que procura desvendar a

origem da concepção do sabá. Assim, por baixo das formulações dos inquisidores, baseadas nos tratados de demonologia, e impingidas muitas vezes sob tortura aos acusados de bruxaria, Ginzburg descobre mitos muito antigos que perpassaram várias culturas e tempos históricos. E esses dois estratos de elementos se fundiram de forma tão duradoura na concepção do sabá justamente porque havia uma afinidade substancial entre eles (Ginzburg, 1991, p. 256).

Em 1989, foi publicada no Brasil a coletânea *A Micro-História e outros ensaios*, com textos escolhidos pelo próprio historiador. Entre os artigos reunidos vale destacar *O inquisidor como antropólogo*. Nele, Ginzburg explica que, durante um colóquio sobre História Oral, lhe ocorreu a ideia de que os historiadores da Época Moderna lidavam com grande quantidade de documentos escritos que registravam depoimentos orais, e sugeriu, como exemplo, a possibilidade de se fazer uma analogia entre atas judiciais de tribunais eclesiásticos ou laicos e os apontamentos feitos por antigos antropólogos. Ele chama a atenção para o fato de que os historiadores demoraram a utilizar a riquíssima documentação produzida pela Inquisição não apenas como testemunho da perseguição à feitiçaria, mas para estudar a própria feitiçaria, por considerarem que esta não era um objeto de estudo válido para a História. E, de fato, apesar da belíssima obra de Michelet sobre as feitiçarias, escrita em 1862, a inclusão da feitiçaria nos estudos históricos se deu após o movimento de expansão da temática da História sob influência dos *Annales*. Foi justamente sua Terceira Geração que trouxe a feitiçaria para o centro dos interesses dos historiadores, como atestou a obra de Robert Mandrou *Magistrats et sorciers en France au XVIIe siècle*, publicado em 1968. E Ginzburg atribui essa mudança à influência crescente da Antropologia, dando como exemplo a importância do trabalho clássico de Evans-Pritchard sobre os azande (*Witchcraft, oracles and magic among the azande*, publicado em 1937) para a obra de Alan Macfarlane (*Witchcraft in Tudor and Stuart England*, publicado em 1970) e Keith Thomas (*Religion and the decline of Magic*, publicado em 1971).

Mas como comparar a atuação do inquisidor perante seus réus com a do antropólogo com os seus “nativos”? Ginzburg (1989) argumenta que o que os inquisidores desejavam extorquir dos réus não é tão diferente do que os antropólogos e, mais recentemente, os historiadores pretendem saber, obviamente com outros meios e outras finalidades. O que eles faziam, era interpretar e traduzir crenças estranhas para o seu próprio código. Aprofundando essa reflexão, Ginzburg aponta que aquilo que constituiria uma atitude antropológica, ou seja, o confronto entre duas culturas, se assenta sempre em uma disposição dialógica. A estrutura dialógica pode ser explícita, quando nos deparamos com as perguntas e respostas em um interrogatório da Inquisição ou com a transcrição das conversas entre o antropólogo e seu informante, ou implícita, quando se trata de notas etnográficas sobre um ritual, um mito ou um utensílio. Mas Ginzburg

adverte que, muitas vezes, a pressão física e psicológica sobre os réus torna suas respostas mero eco das perguntas dos inquisidores. Embora, em alguns casos, como na documentação sobre os *benandanti*, seja possível desvendar um estrato cultural profundo, desconhecido dos inquisidores. Assim, mesmo levando em consideração que são documentos produzidos em uma inter-relação desigual, é possível desembaraçar a malha textual desses diálogos. E Ginzburg chama a atenção para o fato de que os antropólogos reconheceram a importância do texto ao tomarem conhecimento do caráter textual do trabalho etnográfico, como apontou Geertz (1989). Mas a consciência de que não existem textos neutros não deve levar ao ceticismo de alguns antropólogos e historiadores, que consideram o texto apenas a prova de si mesmo, de suas próprias categorias. Afinal, mesmo textos controlados, como os processos inquisitoriais, podem deixar transparecer vozes contraditórias, que os inquisidores procuravam interpretar, traduzindo-as para um outro código. E essa observação pode servir também para os relatórios etnográficos (Ginzburg, 1991b, p. 203-212).

Nesse mesmo ano, 1989, a historiadora panamenha-estadunidense Lynn Hunt publicou a coletânea *The New Cultural History*, apontando que a historiografia anglo-saxã sobre a História da cultura teve influência tanto da História das Mentalidades, no estilo dos *Annales*, quanto ou mais, dos antropólogos sociais ingleses, destacando Mary Douglas (*Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*, publicado em 1966), Max Gluckman (*Politics, Law and Ritual in Tribal Society*, publicado em 1965) e, sobretudo, Clifford Geertz, cujos ensaios de *The interpretation of culture*, publicada em 1973, serviu de inspiração para muitos historiadores da cultura (Hunt, 1992).

Em 2004, Peter Burke publicou o *What is Cultural History?*, dedicando um capítulo à Antropologia Histórica. Para ele, as mudanças na historiografia ocorridas nos anos 70, acompanharam uma “virada cultural” mais ampla, que incluiu outras disciplinas das Ciências Humanas, as quais passaram da suposição da existência de uma racionalidade imutável “para um interesse crescente nos valores de grupos particulares em locais e períodos específicos” (Burke, 2005, p. 8). No capítulo dedicado à Antropologia Cultural, Burke se detém no que chama de Antropologia Histórica. Nele, reitera a influência da Antropologia na História Cultural, apontando como equivocado o uso do termo Antropologia Histórica em vez de História Antropológica, como comentei, discordando de Burguière quando classifica a obra de Marc Bloch sobre os reis taumaturgos dessa primeira forma. Entre os antropólogos que inspiraram os historiadores culturais das últimas gerações, destaca Clifford Geertz e sua definição de descrição densa, assim como sua interpretação das brigas de galo na cultura balinesa como um “drama filosófico”. Nesse sentido, destaca também a obra de Victor Turner, cuja ideia de “drama social”

influenciou muitos historiadores da Nova História. Para Burke, a “analogia do drama” é muito poderosa porque liga “a antiga preocupação com a alta cultura ao novo interesse pelo cotidiano” e seu sucesso entre os historiadores “ajuda a explicar o crescente interesse histórico pelos rituais” (Burke, 2005, p. 54-55).

Burke chama a atenção para o fato de que muitos dos historiadores a História Cultural se definiam como historiadores sociais, admiradores de Marx ou marxistas, buscando na Antropologia uma forma alternativa de relacionar cultura e sociedade. Os historiadores sociais encontraram na Antropologia meios de vincular o estudo dos símbolos à vida cotidiana, que já era seu objeto. Como outros que analisaram a Nova História, Burke enfatiza a influência da Antropologia nos seus historiadores, mas vai além, ao atribuir essa virada antropológica da História à reação “de maneira consciente ou inconsciente às mudanças no mundo como um todo, inclusive a perda de fé no progresso e à ascensão do anticolonialismo e do feminismo” (Burke, 2005, p. 60). E, com efeito, a crítica à ideia do sujeito universal, que privilegiava uma História europeia, branca e masculina, foi resultado do próprio processo histórico e abriu espaço para outros agentes históricos antes invisibilizados, entre os quais as mulheres. A História Cultural, ao deslocar o interesse dos historiadores para a vida cotidiana das pessoas comuns, seus sentimentos, crenças, valores, tornou possível uma História das Mulheres, em que o conceito de gênero (Scott, 1990), entendido como construção social de relações de poder foi fundamental. E, de fato, na pequena introdução reproduzida em cada um dos cinco volumes da coleção *História das Mulheres no Ocidente*, publicada entre 1990 e 1992, Georges Duby e Michelle Perrot atribuem o surgimento da História das Mulheres ao desenvolvimento da Antropologia e à afirmação da História das Mentalidades, sem esquecer a pressão do Movimento Feminista, dentro e fora das universidades.

Na ocasião do meu encontro com Kant, como outros da minha geração, eu também havia saído de uma formação teórica marxista, explícita na minha dissertação de mestrado, publicada em 1981 com o título *Rebeldia negra e Abolicionismo*, e fazia o percurso que Michel Vovelle (1987) intitulou “do porão ao sótão”. Ao estudar a perseguição do Santo Ofício da Inquisição aos clérigos que faziam propostas sexuais/amorosas às mulheres na ocasião da confissão, no Brasil do século XVIII, me defrontei com a necessidade de estudar as representações sociais de gênero sobre a mulher no pensamento católico, não só através dos textos da Teologia Moral e dos Manuais de Confissão, mas através da ação de inquisidores e clérigos, registradas nas denúncias, confissões e processos da justiça inquisitorial. Para a elaboração da tese, publicada em 2022, com o título *A Confissão pelo avesso*, foram fundamentais as lições aprendidas com os historiadores dos *Annales*, sobretudo com os identificados como a sua Terceira Geração, bem

como a leitura dos antropólogos que os haviam influenciado.

O contato com essa bibliografia certamente facilitou meu diálogo com Kant sobre a tradição inquisitorial no Brasil. Para mim foi uma surpresa saber que o “estilo” processual que caracterizava o Santo Ofício, apontado por juristas e historiadores como responsável pelo terror que o Tribunal despertava em seus possíveis réus, na medida em que suas normas e práticas eram todas dirigidas para a confirmação de sua suposta culpa, reproduzia-se no Brasil contemporâneo, no âmbito não apenas da polícia, mas também na própria Justiça. Foram muitas as descobertas mútuas, desde a importância da confissão, do arrependimento e da delação até a prática da tortura e suas justificativas. Lembro particularmente quando descobrimos que os termos “trato esperto” e “aperto” comuns entre os policiais para se referir a formas ilegais de obter de um suspeito uma confissão ou a delação de seus cúmplices, constavam do Regimento da Inquisição portuguesa de 1640, indicando o grau da tortura aplicada ao réu com os mesmos objetivos.

Ao traçar esse rápido panorama dos depoimentos de alguns historiadores da Nova História — entre os quais me incluo — sobre a importância da Antropologia para o “*métier d'historien*”, como denominou Marc Bloch (*Apologie pour 'Histoire ou métier d'historien*, publicado postumamente em 1949), minha intenção não foi analisar as questões teóricas e metodológicas envolvidas no encontro entre a História e a Antropologia, também abordadas em seus textos. Foi apenas me somar a eles no reconhecimento das contribuições dos antropólogos para a minha própria formação como historiadora, incluindo meus colegas da UFF, especialmente o meu querido e saudoso amigo Roberto Kant de Lima. A convivência pessoal e profissional com Kant e o diálogo que estabelecemos durante mais de trinta anos marcaram de forma indelével minha trajetória intelectual e acadêmica.

REFERÊNCIAS

1. ARIÈS, Philippe. A História das Mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 153-176.
2. BLOCH, Marc. **Los Reyes Taumaturgos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
3. BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1976. p. 7-58.
4. BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 125-152.

5. BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. A Revolução Francesa da historiografia. 1929-1989. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.
6. BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
7. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
8. DARNTON, Robert. História e Antropologia. *In*: DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 284-303.
9. DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
10. DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e História nos anos 1980. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 330-340.
11. DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente**. 5 volumes. Porto: Ed. Afrontamento, [1990?].
12. FEBVRE, Lucien. Febvre. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Lucien Febvre: história**. São Paulo: Ática, 1978. p. 103-107.
13. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
14. GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. *In*: GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 203-214.
15. GINZBURG, Carlo. **História noturna**. Decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
16. HUNT, Lynn. Apresentação. *In*: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-29.
17. LEFEBVRE, Georges. Jules Michelet (1798-1874). *In*: LEFEBVRE, Georges. **La naissance de l'historiographie moderne**. Paris: Flammarion, 1971. p. 187-204.
18. LE GOFF, Jacques. A História Nova. *In*: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 26-54.
19. LE GOFF, Jacques. As mentalidades. Uma História ambígua. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 68-83.
20. LIMA, Lana Lage da Gama Lima. **Rebeldia negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

21. LIMA, Lana Lage da Gama Lima. **A Confissão pelo avesso**. Sacramento da penitência e assédio sexual a mulheres no Brasil setecentista. Rio de Janeiro: Proprietas, 2022.
22. MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
23. NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forestieri da. Apresentação. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério da (org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.
24. SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1990.
25. TURNER, Victor. Paradigmas religiosos e ação política: Thomas Becket no Concílio de Northampton. *In*: TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF, 2008. p. 55-89.
26. VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Lana Lage da Gama Lima

Professora Adjunta Aposentada da Universidade Federal Fluminense. Professora Titular Aposentada da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1756-5302>. E-mail: lage.lana@gmail.com.